

NOTA PRÉVIA À 14ª EDIÇÃO

Esgotada a edição anterior, apresenta-se uma edição revista e atualizada, que contempla as últimas alterações aos diplomas que integram a presente coletânea.

Nesta nota prévia decidimos destacar os diplomas alteradores, em detrimento dos diplomas alterados, acreditando que se tornará mais fácil a compreensão da atividade legislativa entre edições.

Desta forma:

- O Decreto-Lei nº 109-D/2021, de 29 de dezembro, criou um regime de registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro e alterou vários diplomas, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2019/1151, tendo alterado Código das Sociedades Comerciais, o Código do Registo Comercial e o Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de junho (regime especial de constituição on-line de sociedades);
- Por sua vez, a Lei nº 99-A/2021, de 31 de dezembro, alterou profundamente o Código dos Valores Mobiliários, tendo também introduzido alterações ao Código do Registo Comercial e ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;
- Por fim, a Lei nº 9/2022, de 11 de janeiro, estabeleceu medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, e alterou, novamente, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial.

Foi ainda considerada uma pequena alteração ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de abril, levada a cabo pela Lei nº 75/2021, de 18 de novembro, que reforçou o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento.

Coimbra, janeiro de 2022

SOFIA BARRACA

I – Parte Geral e Registos

Código Comercial

Código do Registo Comercial

Regulamento do Registo Comercial

Regime da Promoção Eletrónica de Atos de Registo Comercial

Regime Especial de Constituição Imediata de Sociedades

Regime Especial de Constituição *On-Line* de Sociedades

Regulamentação do Regime Especial de Constituição *On-Line* de Sociedades

Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – PARTE GERAL E REGISTOS

CÓDIGO COMERCIAL

CARTA DE LEI DE 28 DE JUNHO DE 1888	9
LIVRO PRIMEIRO – DO COMÉRCIO EM GERAL	9
TÍTULO I Disposições gerais	9
TÍTULO II Da capacidade comercial e dos comerciantes	10
CAPÍTULO I Da capacidade comercial	10
CAPÍTULO II Dos comerciantes	11
TÍTULO III Da firma	11
TÍTULO IV Da escrituração	12
TÍTULO V Do registo	14
TÍTULO VI Do balanço	14
TÍTULO VII Dos corretores	14
TÍTULO VIII Dos lugares destinados ao comércio	14
CAPÍTULO I Das bolsas	14
CAPÍTULO II Dos mercados, feiras, armazéns e lojas	15
LIVRO SEGUNDO – DOS CONTRATOS ESPECIAIS DE COMÉRCIO	15
TÍTULO I Disposições gerais	15
TÍTULO II Das sociedades	17
TÍTULO III Da conta em participação	17
TÍTULO IV Das empresas	17
TÍTULO V Do mandato	18
CAPÍTULO I Disposições gerais	18
CAPÍTULO II Dos gerentes, auxiliares e caixeiros	21
CAPÍTULO III Da comissão	24
TÍTULO VI Das letras, livranças e cheques	26
TÍTULO VII Da conta corrente	27

ÍNDICE-SUMÁRIO

TÍTULO VIII Das operações de bolsa	28
TÍTULO IX Das operações de banco	28
TÍTULO X Do Transporte	28
TÍTULO XI Do empréstimo	34
TÍTULO XII Do penhor	34
TÍTULO XIII Do depósito	35
TÍTULO XIV Do depósito de géneros e mercadorias nos armazéns gerais	36
TÍTULO XV Dos seguros	38
TÍTULO XVI Da compra e venda	38
TÍTULO XVII Do reporte	41
TÍTULO XVIII Do escambo ou troca	42
TÍTULO XIX Do aluguer	42
TÍTULO XX Da transmissão e reforma de títulos de crédito mercantil	42
LIVRO TERCEIRO – DO COMÉRCIO MARÍTIMO	43
TÍTULO I Dos navios	43
CAPÍTULO I Disposições gerais	43
CAPÍTULO II Do proprietário	43
CAPÍTULO III Do capitão	43
CAPÍTULO IV Da tripulação	44
CAPÍTULO V Do conhecimento	44
CAPÍTULO VI Do fretamento	44
CAPÍTULO VII Dos passageiros	44
CAPÍTULO VIII Dos privilégios creditórios e das hipotecas	44
SECÇÃO I Dos privilégios creditórios	44
SECÇÃO II Das hipotecas	46
TÍTULO II Do seguro contra riscos de mar	48
TÍTULO III Do abandono	52
TÍTULO IV Do contrato de risco	54
TÍTULO V Das avarias	56
TÍTULO VI Das arribadas forçadas	60
TÍTULO VII Da abalroação	61
TÍTULO VIII Da salvação e assistência	63
LIVRO QUARTO – DAS FALÊNCIAS	63
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL	
DECRETO-LEI Nº 403/86, DE 3 DE DEZEMBRO	65
CAPÍTULO I Objecto, efeitos e vícios do registo	65
CAPÍTULO II Competência para o registo	73
CAPÍTULO III Processo de registo	74
CAPÍTULO IV Actos de registo	84
CAPÍTULO V Publicidade e prova do registo	94
SECÇÃO I Publicidade	94

SECÇÃO II Meios de prova	94
SECÇÃO III Bases de dados do registo comercial	96
CAPÍTULO VI Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	98
CAPÍTULO VII Impugnação de decisões	104
CAPÍTULO VIII Outros actos	107
CAPÍTULO IX Disposições diversas	107
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA N.º 657-A/2006, DE 29 DE JUNHO	109
CAPÍTULO I Suporte e processo de registo	109
SECÇÃO I Suportes de registo	109
SECÇÃO II Processo de registo	110
CAPÍTULO II Menções dos registos	111
SECÇÃO I Registos por transcrição	111
SECÇÃO II Registos por depósito	116
CAPÍTULO III Disposições finais	118
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL	
PORTARIA N.º 1416-A/2006, DE 19 DE DEZEMBRO	119
CAPÍTULO I Registos online e certidão permanente	120
SECÇÃO I Disposições gerais	120
SECÇÃO II Promoção de actos de registo comercial online	121
SECÇÃO III Depósito da prestação de contas	123
SECÇÃO IV Certidão permanente	126
CAPÍTULO II Alteração à tabela de honorários e encargos notariais e ao Regulamento do Registo Comercial	127
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	127
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI N.º 111/2005, DE 8 DE JULHO	129
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de sociedades	130
CAPÍTULO II Alterações legislativas	137
CAPÍTULO III Postos de atendimento e informação obrigatória	137
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	138
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES	
DECRETO-LEI N.º 125/2006, DE 29 DE JUNHO	139
CAPÍTULO I Regime especial de constituição on-line de sociedades	140
CAPÍTULO II Alterações legislativas	147
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	147

REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES
- REGULAMENTAÇÃO

PORTARIA Nº 657-c/2006, DE 29 DE JUNHO 149

REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS

DECRETO-LEI Nº 129/98, DE 13 DE MAIO	153
TÍTULO I Disposições gerais	157
TÍTULO II Ficheiro central de pessoas colectivas	157
CAPÍTULO I Âmbito e forma de inscrição	157
CAPÍTULO II Número e cartão de identificação	161
CAPÍTULO III Base de dados do ficheiro central de pessoas colectivas	162
TÍTULO III Admissibilidade de firmas e denominações	166
CAPÍTULO I Princípios gerais	166
CAPÍTULO II Regras especiais	167
CAPÍTULO III Procedimento	169
CAPÍTULO IV Vicissitudes	174
TÍTULO IV Impugnação de decisões	175
CAPÍTULO I Recurso hierárquico e impugnação judicial	175
CAPÍTULO II Tribunal Arbitral	178
TÍTULO V Sanções	178
TÍTULO VI Registo Nacional de Pessoas Colectivas	180
CAPÍTULO I Competência e direcção	180
CAPÍTULO II Pessoal	182
CAPÍTULO III Funcionamento	182

II – SOCIEDADES

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

DECRETO-LEI Nº 262/86, DE 2 DE SETEMBRO	187
DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	197
TÍTULO I Parte geral	207
CAPÍTULO I Âmbito de aplicação	207
CAPÍTULO II Personalidade e capacidade	209
CAPÍTULO III Contrato de sociedade	209
SECÇÃO I Celebração e registo	209
SECÇÃO II Obrigações e direitos dos sócios	213
SUBSECÇÃO I Obrigações e direitos dos sócios em geral	213
SUBSECÇÃO II Obrigação de entrada	215
SUBSECÇÃO III Conservação do capital	217
SECÇÃO III Regime da sociedade antes do registo. Invalidez do contrato	220
CAPÍTULO IV Deliberações dos sócios	225
CAPÍTULO V Administração e fiscalização	229

CAPÍTULO VI	Apreciação anual da situação da sociedade	229
CAPÍTULO VII	Responsabilidade civil pela constituição, administração e fiscalização da sociedade	235
CAPÍTULO VIII	Alterações do contrato	239
SECÇÃO I	Alterações em geral	239
SECÇÃO II	Aumento do capital	240
SECÇÃO III	Redução do capital	243
CAPÍTULO IX	Fusão de sociedades	244
SECÇÃO I		244
SECÇÃO II	Fusões transfronteiriças	253
CAPÍTULO X	Cisão de sociedades	256
CAPÍTULO XI	Transformação de sociedades	259
CAPÍTULO XII	Dissolução da sociedade	262
CAPÍTULO XIII	Liquidação da sociedade	263
CAPÍTULO XIV	Publicidade de actos sociais	270
CAPÍTULO XV	Fiscalização pelo Ministério Público	271
CAPÍTULO XVI	Prescrição	272
TÍTULO II	Sociedades em nome colectivo	272
CAPÍTULO I	Características e contrato	272
CAPÍTULO II	Deliberações dos sócios e gerência	277
CAPÍTULO III	Alterações do contrato	279
CAPÍTULO IV	Dissolução e liquidação da sociedade	279
TÍTULO III	Sociedades por quotas	280
CAPÍTULO I	Características e contrato	280
CAPÍTULO II	Obrigações e direitos dos sócios	281
SECÇÃO I	Obrigações de entrada	281
SECÇÃO II	Obrigações de prestações acessórias	284
SECÇÃO III	Prestações suplementares	284
SECÇÃO IV	Direito à informação	285
SECÇÃO V	Direito aos lucros	286
CAPÍTULO III	Quotas	287
SECÇÃO I	Unidade, montante e divisão da quota	287
SECÇÃO II	Contitularidade da quota	288
SECÇÃO III	Transmissão da quota	289
SECÇÃO IV	Amortização da quota	292
SECÇÃO V	Execução da quota	294
SECÇÃO VI	Exoneração e exclusão de sócios	295
SECÇÃO VII	Registo das quotas	296
CAPÍTULO IV	Contrato de suprimento	297
CAPÍTULO V	Deliberações dos sócios	299
CAPÍTULO VI	Gerência e fiscalização	302
CAPÍTULO VII	Apreciação anual da situação da sociedade	306
CAPÍTULO VIII	Alterações do contrato	306

CAPÍTULO IX	Dissolução da sociedade	308
CAPÍTULO X	Sociedades unipessoais por quotas	308
TÍTULO IV	Sociedades anónimas	310
CAPÍTULO I	Características e contrato	310
CAPÍTULO II	Obrigações e direitos dos accionistas	315
SECÇÃO I	Obrigações de entrada	315
SECÇÃO II	Obrigações de prestações acessórias	316
SECÇÃO III	Direito à informação	316
SECÇÃO IV	Direito aos lucros	320
CAPÍTULO III	Acções	322
SECÇÃO I	Generalidades	322
SECÇÃO II	Oferta pública de aquisição de acções	323
SECÇÃO III	Acções próprias	323
SECÇÃO IV	Transmissão de acções	327
SUBSECÇÃO I	Formas de transmissão	327
SUBSECÇÃO II	Limitações à transmissão	327
SUBSECÇÃO III	Regime de registo e regime de depósito	328
SECÇÃO V	Acções preferenciais sem direito de voto	328
SECÇÃO VI	Acções preferenciais remíveis	331
SECÇÃO VII	Amortização de acções	331
CAPÍTULO IV	Obrigações	333
SECÇÃO I	Obrigações em geral	333
SECÇÃO II	Modalidades de obrigações	339
CAPÍTULO V	Deliberações dos accionistas	345
CAPÍTULO VI	Administração, fiscalização e secretário da sociedade	353
SECÇÃO I	Conselho de administração	353
SECÇÃO II	Fiscalização	362
SECÇÃO III	Comissão de auditoria	370
SECÇÃO IV	Conselho de administração executivo	373
SECÇÃO V	Conselho geral e de supervisão	376
SECÇÃO VI	Revisor oficial de contas	380
SECÇÃO VII	Secretário da sociedade	380
CAPÍTULO VII	Publicidade de participações e abuso de informações	382
CAPÍTULO VIII	Apreciação anual da situação da sociedade	384
CAPÍTULO IX	Aumento e redução do capital	386
CAPÍTULO X	Dissolução da sociedade	389
TÍTULO V	Sociedades em comandita	389
CAPÍTULO I	Disposições comuns	389
CAPÍTULO II	Sociedades em comandita simples	391
CAPÍTULO III	Sociedades em comandita por acções	392
TÍTULO VI	Sociedades coligadas	392
CAPÍTULO I	Disposições gerais	392

CAPÍTULO II Sociedades em relação de simples participação, de participações recíprocas e de domínio	393
CAPÍTULO III Sociedades em relação de grupo	395
SECÇÃO I Grupos constituídos por domínio total	395
SECÇÃO II Contrato de grupo paritário	396
SECÇÃO III Contrato de subordinação	397
CAPÍTULO IV Avaliação anual da situação de sociedades obrigadas à consolidação de contas	401
TÍTULO VII Disposições penais	406
TÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	413
ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)	
REGULAMENTO (CE) Nº 2157/2001 DO CONSELHO DE 8 DE OUTUBRO DE 2001	417
TÍTULO I Disposições gerais	421
TÍTULO II Constituição	426
SECÇÃO 1 Generalidades	426
SECÇÃO 2 Constituição de uma SE por meio de fusão	426
SECÇÃO 3 Constituição de uma SE “holding”	431
SECÇÃO 4 Constituição de uma SE “filial”	433
SECÇÃO 5 Transformação de uma sociedade anónima em SE	433
TÍTULO III Estrutura da SE	434
SECÇÃO 1 Sistema dualista	434
SECÇÃO 2 Sistema monista	435
SECÇÃO 3 Regras comuns aos sistemas monista e dualista	436
SECÇÃO 4 Assembleia geral	438
TÍTULO IV Contas anuais e contas consolidadas	440
TÍTULO V Dissolução, liquidação, insolvência e cessação de pagamentos	440
TÍTULO VI Disposições complementares e transitórias	442
TÍTULO VII Disposições finais	442
ANEXO I Sociedades Anónimas referidas no nº 1 do artigo 2º	443
ANEXO II Sociedades Anónimas e Sociedades de Responsabilidade Limitada referidas no nº 2 do artigo 2º	445
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS	
DECRETO-LEI Nº 2/2005, DE 4 DE JANEIRO	449
CAPÍTULO I Disposições gerais	453
CAPÍTULO II Modos de constituição	454
SECÇÃO I Constituição de uma sociedade anónima europeia por fusão	454
SECÇÃO II Constituição de uma sociedade anónima europeia gestora de participações sociais	457
CAPÍTULO III Sede e transferência de sede da sociedade anónima europeia	457

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO IV Órgãos sociais	459
CAPÍTULO V Transformação em sociedade anónima	460
REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS LEI Nº 4/73, DE 4 DE JUNHO	461
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS DECRETO-LEI Nº 430/73, DE 25 DE AGOSTO	463
AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE) REGULAMENTO (CEE) Nº 2137/85 DO CONSELHO DE 25 DE JULHO DE 1985	469
REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO DECRETO-LEI Nº 148/90, DE 9 DE MAIO	485
REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO DECRETO-LEI Nº 2/91, DE 5 DE JANEIRO	489
ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DECRETO-LEI Nº 248/86, DE 25 DE AGOSTO	495
CAPÍTULO I Constituição	500
CAPÍTULO II Administração e funcionamento	502
CAPÍTULO III Elaboração das contas anuais	503
CAPÍTULO IV Alteração do acto constitutivo	505
SECÇÃO I Aumento do capital	505
SECÇÃO II Redução do capital	505
CAPÍTULO V Negociação, oneração e penhora do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	506
CAPÍTULO VI Liquidação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada	507
CAPÍTULO VII Disposições finais	510
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DECRETO-LEI Nº 495/88, DE 30 DE DEZEMBRO	513
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS DECRETO-LEI Nº 10/2013, DE 25 DE JANEIRO	521
CAPÍTULO I Das sociedades desportivas em geral	522

CAPÍTULO II Regime jurídico	523
SECÇÃO I Menções obrigatórias	523
SECÇÃO II Participações sociais	524
SECÇÃO III Órgãos sociais	525
SECÇÃO IV Funcionamento	526
SECÇÃO V Participação de entes públicos	527
CAPÍTULO III Sociedades que resultem da transformação de um clube desportivo ou da personalização jurídica das equipas	528
SECÇÃO ÚNICA Disposições comuns	528
CAPÍTULO IV Sociedades que resultem da personalização jurídica das equipas	528
SECÇÃO I Constituição	528
SECÇÃO II Direitos especiais e desportivos	529
SECÇÃO III Negócios sociais	529
SECÇÃO IV Dissolução e liquidação	530
CAPÍTULO V Disposições comuns às sociedades desportivas	530
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	531
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 76-A/2006, DE 29 DE MARÇO	533
SECÇÃO I Disposições gerais	533
SECÇÃO II Procedimento administrativo de dissolução	534
SECÇÃO III Procedimento administrativo de liquidação	540
SECÇÃO IV Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais	545
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET	
PORTARIA Nº 590-A/2005, DE 14 DE JULHO	547
REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA	
LEI Nº 62/2017, DE 1 DE AGOSTO	551
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE)	
LEI Nº 89/2017, DE 21 DE AGOSTO	557
CAPÍTULO I Disposições gerais	563
CAPÍTULO II Declaração do beneficiário efetivo	565
CAPÍTULO III Procedimento	570
CAPÍTULO IV Acesso	571

CAPÍTULO V Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	573
CAPÍTULO VI Protecção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	574
CAPÍTULO VII Fiscalização e sanções	576
CAPÍTULO VIII Disposição final	578

III – CONTRATOS COMERCIAIS

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA

DECRETO-LEI Nº 178/86, DE 3 DE JULHO	581
CAPÍTULO I Disposições gerais	583
CAPÍTULO II Direitos e obrigações das partes	584
SECÇÃO I Obrigações do agente	584
SECÇÃO II Direitos do agente	585
CAPÍTULO III Protecção de terceiros	587
CAPÍTULO IV Cessação do contrato	588
CAPÍTULO V Normas de conflitos	590
CAPÍTULO VI Disposição final	591

REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO

DECRETO-LEI Nº 72/2008, DE 16 DE ABRIL	593
TÍTULO I Regime comum	597
CAPÍTULO I Disposições preliminares	597
SECÇÃO I Âmbito de aplicação	597
SECÇÃO II Imperatividade	599
CAPÍTULO II Formação do contrato	603
SECÇÃO I Sujeitos	603
SECÇÃO II Informações	604
SUBSECÇÃO I Deveres de informação do segurador	604
SUBSECÇÃO II Deveres de informação do tomador do seguro ou do segurado	606
SECÇÃO III Celebração do contrato	607
SECÇÃO IV Mediação	608
SECÇÃO V Forma do contrato e apólice de seguro	609
CAPÍTULO III Vigência do contrato	611
CAPÍTULO IV Conteúdo do contrato	611
SECÇÃO I Interesse e risco	611
SECÇÃO II Seguro por conta própria e de outrem	612
SECÇÃO III Cláusulas específicas	613
SECÇÃO IV Prémio	614
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	614
SUBSECÇÃO II Regime especial	616

CAPÍTULO V Co-seguro	617
SECÇÃO I Disposições comuns	617
SECÇÃO II Co-seguro comunitário	618
CAPÍTULO VI Resseguro	619
CAPÍTULO VII Seguro de grupo	619
SECÇÃO I Disposições comuns	619
SECÇÃO II Seguro de grupo contributivo	621
CAPÍTULO VIII Vicissitudes	623
SECÇÃO I Alteração do risco	623
SECÇÃO II Transmissão do seguro	624
SECÇÃO III Insolvência	625
CAPÍTULO IX Sinistro	625
SECÇÃO I Noção e participação	625
SECÇÃO II Pagamento	626
CAPÍTULO X Cessação do contrato	626
SECÇÃO I Regime comum	626
SECÇÃO II Caducidade	627
SECÇÃO III Revogação	628
SECÇÃO IV Denúncia	628
SECÇÃO V Resolução	629
CAPÍTULO XI Disposições complementares	630
TÍTULO II Seguro de danos	631
CAPÍTULO I Parte geral	631
SECÇÃO I Identificação	631
SECÇÃO II Afastamento e mitigação do sinistro	632
SECÇÃO III Princípio indemnizatório	633
CAPÍTULO II Parte especial	635
SECÇÃO I Seguro de responsabilidade civil	635
SUBSECÇÃO I Regime comum	635
SUBSECÇÃO II Disposições especiais de seguro obrigatório	637
SECÇÃO II Seguro de incêndio	637
SECÇÃO III Seguros de colheitas e pecuário	638
SECÇÃO IV Seguro de transporte de coisas	639
SECÇÃO V Seguro financeiro	640
SECÇÃO VI Seguro de protecção jurídica	642
SECÇÃO VII Seguro de assistência	643
TÍTULO III Seguro de pessoas	644
CAPÍTULO I Disposições comuns	644
CAPÍTULO II Seguro de vida	646
SECÇÃO I Regime comum	646
SUBSECÇÃO I Disposições preliminares	646
SUBSECÇÃO II Risco	648
SUBSECÇÃO III Direitos e deveres das partes	649

ÍNDICE-SUMÁRIO

SECÇÃO II Operações de capitalização	653
CAPÍTULO III Seguros de acidente e de saúde	654
SECÇÃO I Seguro de acidentes pessoais	654
SECÇÃO II Seguro de saúde	655
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO	
DECRETO-LEI Nº 231/81, DE 28 DE JULHO	657
CAPÍTULO I Do contrato de consórcio	658
CAPÍTULO II Do contrato de associação em participação	663
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 62/2013, DE 10 DE MAIO	669
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS	
PORTARIA Nº 277/2013, DE 26 DE AGOSTO	677
IV - TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS	
TÍTULO I Das letras	681
CAPÍTULO I Da emissão e forma da letra	681
CAPÍTULO II Do endosso	683
CAPÍTULO III Do aceite	685
CAPÍTULO IV Do aval	686
CAPÍTULO V Do vencimento	687
CAPÍTULO VI Do pagamento	688
CAPÍTULO VII Da acção por falta de aceite e falta de pagamento	689
CAPÍTULO VIII Da intervenção	693
1 – Disposições gerais	693
2 – Aceite por intervenção	693
3 – Pagamento por intervenção	694
CAPÍTULO IX Da pluralidade de exemplares e das cópias	695
1 – Pluralidade de exemplares	695
2 – Cópias	696
CAPÍTULO X Das alterações	696
CAPÍTULO XI Da prescrição	696
CAPÍTULO XII Disposições gerais	697
TÍTULO II Da livrança	697

LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE	699
CAPÍTULO I Da emissão e forma do cheque	699
CAPÍTULO II Da transmissão	701
CAPÍTULO III Do aval	703
CAPÍTULO IV Da apresentação e do pagamento	704
CAPÍTULO V Dos cheques cruzados e cheques a levar em conta	705
CAPÍTULO VI Da acção por falta de pagamento	706
CAPÍTULO VII Da pluralidade dos exemplares	709
CAPÍTULO VIII Das alterações	709
CAPÍTULO IX Da prescrição	709
CAPÍTULO X Disposições gerais	710
REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	711
DECRETO-LEI Nº 316/97, DE 19 DE NOVEMBRO	715
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	719
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	722
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	723
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	725
CAPÍTULO V Disposições finais	726
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
DECRETO-LEI Nº 486/99, DE 13 DE NOVEMBRO	729
CAPÍTULO IV Sociedades abertas	729
SECÇÃO I Disposições gerais	729
SECÇÃO II Participações qualificadas	732
SECÇÃO II-A Direito de voto em emitentes de ações admitidas à negociação	741
SECÇÃO II-B Identificação dos acionistas, transmissão de informações e facilitação do exercício dos direitos dos acionistas	742
SECÇÃO III Deliberações sociais	745
SECÇÃO III-A Política de remuneração	751
SECÇÃO III-B Transparência dos intermediários financeiros que prestam o serviço de gestão de carteiras por conta de outrem, dos investidores institucionais e dos consultores em matéria de votação	755
REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
LEI Nº 102/2015, DE 24 DE AGOSTO	761
CAPÍTULO I Disposições gerais	761
CAPÍTULO II Disposições comuns	762

CAPÍTULO III Condições do financiamento colaborativo	764
SECÇÃO I Financiamento colaborativo de donativo ou recompensa	764
SECÇÃO II Financiamento colaborativo de capital ou empréstimo	765
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	767

VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

DECRETO-LEI Nº 110/2018, DE 10 DE DEZEMBRO	771
TÍTULO I Parte geral	783
CAPÍTULO I Disposições gerais	783
CAPÍTULO II Tramitação administrativa	785
CAPÍTULO III Transmissão e licenças	793
CAPÍTULO IV Extinção dos direitos de propriedade industrial	794
CAPÍTULO V Recurso	796
SUBCAPÍTULO I Recurso judicial	796
SUBCAPÍTULO II Recurso arbitral	798
TÍTULO II Regimes jurídicos da propriedade industrial	799
CAPÍTULO I Invenções	799
SUBCAPÍTULO I Patentes	799
SECÇÃO I Disposições gerais	799
SECÇÃO II Processo de patente	804
SUBSECÇÃO I Via nacional	804
SUBSECÇÃO II Via europeia	810
SUBSECÇÃO III Via tratado de cooperação em matéria de patentes	814
SECÇÃO III Efeitos da patente	816
SECÇÃO IV Condições de utilização	819
SECÇÃO V Invalidade da patente	823
SECÇÃO VI Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	824
SUBCAPÍTULO II Modelos de utilidade	826
SECÇÃO I Disposições gerais	826
SECÇÃO II Processo de modelo de utilidade	828
SUBSECÇÃO I Via nacional	828
SUBSECÇÃO II Via tratado de cooperação em matéria de patentes	831
SECÇÃO III Efeitos do modelo de utilidade	831
SECÇÃO IV Condições de utilização	833
SECÇÃO V Invalidade do modelo de utilidade	833
CAPÍTULO II Topografias de produtos semicondutores	833
SECÇÃO I Disposições gerais	833
SECÇÃO II Processo de registo	834
SECÇÃO III Efeitos do registo	835

SECÇÃO IV Condições de utilização	836
SECÇÃO V Invalidez do registo	837
CAPÍTULO III Desenhos ou modelos	837
SECÇÃO I Disposições gerais	837
SECÇÃO II Processo de registo	840
SECÇÃO III Efeitos do registo	846
SECÇÃO IV Invalidez do registo	847
CAPÍTULO IV Marcas	850
SECÇÃO I Disposições gerais	850
SUBSECÇÃO I Marcas de produtos ou de serviços	850
SUBSECÇÃO II Marcas coletivas e marcas de certificação ou de garantia	851
SECÇÃO II Processo de registo	854
SUBSECÇÃO I Registo nacional	854
SUBSECÇÃO II Marca da União Europeia	862
SUBSECÇÃO III Registo internacional	863
SECÇÃO III Efeitos do registo	864
SECÇÃO IV Transmissão e licenças	867
SECÇÃO V Extinção do registo de marca ou de direitos dele derivados	867
CAPÍTULO V Recompensas	873
SECÇÃO I Disposições gerais	873
SECÇÃO II Processo de registo	874
SECÇÃO III Uso e transmissão	875
SECÇÃO IV Extinção do registo	875
CAPÍTULO VI Logótipos	875
SECÇÃO I Disposições gerais	875
SECÇÃO II Processo de registo	876
SECÇÃO III Dos efeitos do registo	880
SECÇÃO IV Transmissão, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	880
CAPÍTULO VII Denominações de origem e indicações geográficas	881
SECÇÃO I Disposições gerais	881
SECÇÃO II Processo de registo	882
SUBSECÇÃO I Registo nacional	882
SUBSECÇÃO II Registo internacional	883
SECÇÃO III Efeitos, nulidade, anulabilidade e caducidade do registo	883
TÍTULO III Infrações	885
CAPÍTULO I Disposições gerais	885
CAPÍTULO II Proteção dos segredos comerciais	886
CAPÍTULO III Ilícitos criminais e contraordenacionais	887
SECÇÃO I Disposições gerais	887
SECÇÃO II Ilícitos criminais	888
SECÇÃO III Ilícitos contraordenacionais	891

CAPÍTULO IV Processo	893
SECÇÃO I Medidas e procedimentos que visam garantir o respeito pelos direitos de propriedade industrial e pelos segredos comerciais	893
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	893
SUBSECÇÃO II Provas	893
SUBSECÇÃO III Informações	895
SUBSECÇÃO IV Procedimentos cautelares	896
SUBSECÇÃO V Indemnização	897
SUBSECÇÃO VI Medidas decorrentes da decisão de mérito	898
SUBSECÇÃO VII Medidas de publicidade	898
SECÇÃO II Normas especiais em matéria de segredos comerciais	899
SECÇÃO III Disposição subsidiária	901
SECÇÃO IV Processo penal e contraordenacional	901
TÍTULO IV Taxas	903
TÍTULO V Boletim da Propriedade Industrial	906

VII - INSOLVÊNCIA

CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

DECRETO-LEI Nº 53/2004, DE 18 DE MARÇO	909
TÍTULO I Disposições introdutórias	911
CAPÍTULO I Disposições gerais	911
CAPÍTULO II Processo especial de revitalização	916
TÍTULO II Declaração da situação de insolvência	927
CAPÍTULO I Pedido de declaração de insolvência	927
SECÇÃO I Legitimidade para apresentar o pedido e desistência	927
SECÇÃO II Requisitos da petição inicial	929
CAPÍTULO II Tramitação subsequente	932
CAPÍTULO III Sentença de declaração de insolvência e sua impugnação	935
SECÇÃO I Conteúdo, notificação e publicidade da sentença	935
SECÇÃO II Impugnação da sentença	939
CAPÍTULO IV Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	941
TÍTULO III Massa insolvente e intervenientes no processo	941
CAPÍTULO I Massa insolvente e classificações dos créditos	941
CAPÍTULO II Órgãos da insolvência	944
SECÇÃO I Administrador da insolvência	944
SECÇÃO II Comissão de credores	949
SECÇÃO III Assembleia de credores	951
TÍTULO IV Efeitos da declaração de insolvência	954
CAPÍTULO I Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	954
CAPÍTULO II Efeitos processuais	956

CAPÍTULO III Efeitos sobre os créditos	958
CAPÍTULO IV Efeitos sobre os negócios em curso	961
CAPÍTULO V Resolução em benefício da massa insolvente	968
TÍTULO V Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens	971
CAPÍTULO I Verificação de créditos	971
CAPÍTULO II Restituição e separação de bens	975
CAPÍTULO III Verificação ulterior	976
TÍTULO VI Administração e liquidação da massa insolvente	978
CAPÍTULO I Providências conservatórias	978
CAPÍTULO II Inventário, lista de credores e relatório do administrador da insolvência	979
CAPÍTULO III Liquidação	981
SECÇÃO I Regime aplicável	981
SECÇÃO II Dispensa de liquidação	985
TÍTULO VII Pagamento aos credores	986
TÍTULO VIII Incidentes de qualificação da insolvência	990
CAPÍTULO I Disposições gerais	990
CAPÍTULO II Incidente pleno de qualificação da insolvência	991
CAPÍTULO III Incidente limitado de qualificação da insolvência	993
TÍTULO IX Plano de insolvência	994
CAPÍTULO I Disposições gerais	994
CAPÍTULO II Aprovação e homologação do plano de insolvência	1000
CAPÍTULO III Execução do plano de insolvência e seus efeitos	1002
TÍTULO X Administração pelo devedor	1012
TÍTULO XI Encerramento do processo	1014
TÍTULO XII Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	1017
CAPÍTULO I Exoneração do passivo restante	1017
CAPÍTULO II Insolvência de não empresários e titulares de pequenas empresas	1024
SECÇÃO I Disposições gerais	1024
SECÇÃO II Plano de pagamentos aos credores	1024
SECÇÃO III Insolvência de ambos os cônjuges	1029
TÍTULO XIII Benefícios emolumentares e fiscais	1030
TÍTULO XIV Execução do Regulamento (CE) nº 1346/2000, do Conselho, de 29 de Maio	1031
TÍTULO XV Normas de conflitos	1032
CAPÍTULO I Disposições gerais	1032
CAPÍTULO II Processo de insolvência estrangeiro	1034
CAPÍTULO III Processo particular de insolvência	1035
TÍTULO XVI Indiciação de infração penal	1036
TÍTULO XVII Disposições finais	1037

REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL LEI N.º 7/2018, DE 2 DE MARÇO	1039
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS LEI N.º 8/2018, DE 2 DE MARÇO	1045
CAPÍTULO I Disposições gerais	1045
CAPÍTULO II Negociação do acordo de reestruturação	1047
SECÇÃO I Sujeição das negociações ao Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas	1047
SECÇÃO II Efeitos do depósito do protocolo de negociação	1049
SECÇÃO III Negociação do acordo de reestruturação	1051
SECÇÃO IV Encerramento	1052
CAPÍTULO III Acordo de reestruturação	1053
SECÇÃO I Conteúdo, forma e depósito	1053
SECÇÃO II Efeitos do acordo de reestruturação	1055
SECÇÃO III Incumprimento do acordo de reestruturação	1057
CAPÍTULO IV Alteração aos Códigos do IRC e do IVA	1057
CAPÍTULO V Responsabilidade dos administradores judiciais	1057
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	1058

SUMÁRIO

I – PARTE GERAL E REGISTOS

CÓDIGO COMERCIAL Carta de Lei de 28 de Junho de 1888	9
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de Dezembro	65
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL Portaria nº 657-A/2006, de 29 de Junho	109
REGIME DA PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro	119
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de Julho	129
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de Junho	139
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO ON-LINE DE SOCIEDADES Portaria nº 657-C/2006, de 29 de Junho	149
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de Maio	153

SUMÁRIO

II – SOCIEDADES

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de Setembro	187
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	197
ESTATUTO DA SOCIEDADE EUROPEIA (SE)	
Regulamento (CE) nº 2157/2001 do Conselho de 8 de Outubro de 2001	417
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS EUROPEIAS	
Decreto-Lei nº 2/2005, de 4 de Janeiro	449
REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
Lei nº 4/73, de 4 de Junho	461
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DOS AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de Agosto	463
AGRUPAMENTO EUROPEU DE INTERESSE ECONÓMICO (AEIE)	
Regulamento (CEE) nº 2137/85 do Conselho de 25 de Julho de 1985	469
REGIME SUBSTANTIVO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
Decreto-Lei nº 148/90, de 9 de Maio	485
REGIME SANCIONATÓRIO DOS AGRUPAMENTOS EUROPEUS DE INTERESSE ECONÓMICO	
Decreto-Lei nº 2/91, de 5 de Janeiro	489
ESTABELECIMENTO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	
Decreto-Lei nº 248/86, de 25 de Agosto	495
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	
Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro	513
REGIME JURÍDICO DAS SOCIEDADES DESPORTIVAS	
Decreto-Lei nº 10/2013, de 25 de Janeiro	521
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	533

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS NA INTERNET Portaria nº 590-A/2005, de 14 de Julho	547
REGIME DA REPRESENTAÇÃO EQUILIBRADA ENTRE MULHERES E HOMENS NOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL E DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA Lei nº 62/2017, de 1 de Agosto	551
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO (RCBE) Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto	557
III – CONTRATOS COMERCIAIS	
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE AGÊNCIA Decreto-Lei nº 178/86, de 3 de Julho	581
REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE SEGURO Decreto-Lei nº 72/2008, de 16 de Abril	593
REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS DE CONSÓRCIO E DE ASSOCIAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de Julho	657
MEDIDAS CONTRA OS ATRASOS NO PAGAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS Decreto-Lei nº 62/2013, de 10 de Maio	669
TAXA SUPLETIVA DE JUROS MORATÓRIOS DOS CRÉDITOS DE QUE SEJAM TITULARES EMPRESAS COMERCIAIS Portaria nº 277/2013, de 26 de Agosto	677
IV – TÍTULOS DE CRÉDITO	
LEI UNIFORME RELATIVA ÀS LETRAS E LIVRANÇAS Carta de Confirmação e Ratificação de 21 de Junho de 1934	681
LEI UNIFORME RELATIVA AO CHEQUE Carta de Confirmação e Ratificação de 21 de Junho de 1934	699

SUMÁRIO

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO	
Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de Dezembro	711
Decreto-Lei nº 316/97, de 19 de Novembro	715
V – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	
Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro (artigos 13º a 26º)	729
REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
Lei nº 102/2015, de 24 de Agosto	761
VI – PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de Dezembro	771
VII – INSOLVÊNCIA	
CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de Março	909
REGIME JURÍDICO DA CONVERSÃO DE CRÉDITOS EM CAPITAL	
Lei nº 7/2018, de 2 de Março	1039
REGIME EXTRAJUDICIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	
Lei nº 8/2018, de 2 de Março	1045
ÍNDICE SUMÁRIO	1061
SUMÁRIO	1079